



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO



CPE-Universidade / Partido Operário Revolucionário [POR]
www.pormassas.org - por@pormassas.org - n.3 - Abril de 2014

Avança a crise capitalista mundial: o ascenso da luta de classes e a repressão estatal

A crise capitalista continua avançando. As medidas de política econômica dos governos burgueses não conseguiram senão aprofundá-la. De um lado, os governos socorrem os capitalistas com exoneração da folha de pagamento, isenção de impostos, subsídios e injeção de recursos públicos. De outro, atacam os direitos sociais e as conquistas históricas do proletariado e demais explorados por meio de medidas antipopulares e reformas trabalhistas, sindicais e previdenciárias, além de cortes orçamentários para a educação, saúde, moradia e transporte públicos.

O capitalismo, em sua fase imperialista, abriu a partir da erupção da crise de 2008 uma nova etapa na luta de classes. Nesses últimos sete anos, presenciamos manifestações de massa, greves gerais, ocupações de praças, ruas e prédios, bem como verdadeiros levantes como ocorreram no Norte da África e no Oriente Médio. O Brasil foi atingido pela crise mundial. Os dados apontam queda das exportações, retrocesso na indústria, aumento da inflação e da taxa de juros, além de demissões e ameaças na Petrobrás, Mercedes, GM, entre outras. Fora isso, os governos atacam a educação pública, com a desnacionalização e avanço do setor privado, particularmente no ensino superior. Os camponeses e indígenas sofrem com a violência do Estado, latifúndio e agronegócio.

As greves dos servidores públicos, docentes das Ifes e diversas categorias do setor privado em 2012, as ocupações

de reitorias, as greves dos operários nas obras do PAC, as manifestações massivas de junho e julho de 2013, as recentes greves dos garis e dos operários do Comperj foram respostas dos explorados aos ataques dos governos. Trata-se de uma situação explosiva, cuja resposta do Estado e governos tem sido a aprovação das leis repressivas. A Lei Antigreve e o Código Penal são sistematicamente manuseados contra a luta dos trabalhadores e juventude. Mas para o Estado e a burguesia não são suficientes. Por isso, aprovaram a Lei 12.663/2012 (Lei Geral da Copa), que concede privilégios e protege os direitos de propriedade da FIFA, a Portaria Normativa do Ministério da Defesa nº 186/2014, que autoriza a intervenção e atuação das Forças Armadas para sufocar as manifestações e sitiar áreas para proteger a “ordem, os indivíduos e o patrimônio”. Tramita ainda o Projeto de Lei do Senado nº 499/2013 (Lei Antiterrorismo), que transforma a “prática e incitação de desordem” em crime de terrorismo.

O objetivo: reprimir manifestações populares e atos contra a Copa. É preciso responder às leis repressivas com um movimento coletivo e unitário dos trabalhadores e demais explorados para impor as reivindicações vitais por meio da ação direta (greves, ocupações, manifestações, bloqueios). É preciso organizar em cada estado um Comitê contra a Repressão para defender política e juridicamente os manifestantes, processados e presos. São tarefas colocada para o próximo período.

IFES: Rodadas de enrolação do MEC já começaram. É hora de construir a greve.

Desde a suspensão da greve dos docentes das federais, em 2012, não houve nenhum avanço em relação às reivindicações da categoria. A promessa das direções de melhorar o projeto de lei no parlamento mostrou-se fracassada. O projeto, fruto do acordo do governo federal com a federação biônica Proifes aumentou as distorções na carreira, criou mais diferenciações e retirou direitos. Avança a privatização da previdência, via Funpresp, os projetos privatistas como a Ebserh e o ataque cotidiano à autonomia e democracia universitárias.

O 33º Congresso do ANDES, realizado no início do ano reafirmou os eixos da campanha de 2013: reestruturação da carreira docente, valorização salarial de ativos e aposentados, condições de trabalho e respeito à autonomia. A FASUBRA já está

em greve há um mês, conquistando a adesão de 90% dos técnicos. O Sinasefe já deliberou iniciar o movimento grevista dos Institutos Federais no dia 21 de abril.

As rodadas de negociação do MEC não apontam para a solução de nossas reivindicações. Sem a força do movimento grevista não arrancarão nada do governo. É fundamental que os docentes se engajem nas paralisações, como a do dia 19 de março e 10 de abril e que massifiquem as assembleias. Após a primeira rodada de assembleias houve reunião do setor das federais, em 29 e 30 de março, com 41 seções sindicais presentes. Destas, 3 aprovaram retomada da greve com data, 11, retomada sem data e o restante não teve posição definida. Uma nova rodada de assembleias precederá a próxima reunião do setor, nos dias 26 e 27 de abril.

Calendário de Lutas

♦ **Dia 1 maio**
Dia do Trabalhador
com atos nos Estados.

♦ **Dia 7 de maio**
Marcha a Brasília dos
Servidores Públicos
Federais.

♦ **Dia 15 de maio**
Dia Nacional de Luta
contra as remoções da
Copa.

♦ **Dia 28 de Maio**
Dia Nacional de Luta
das universidades
Estaduais

Paraíba: Intensificar a luta até reverter a privatização dos HUs da UFCG

No dia 03 de abril, a UFCG paralisou totalmente suas atividades. A ação foi decidida nas assembleias de docentes, estudantes e técnicos e coordenada pelo Fórum em defesa do SUS de Campina Grande. Nós da Corrente Proletária na Educação defendemos que este é o caminho: a ação direta! Só com a intensificação e radicalização da luta conseguiremos obrigar o reitor a respeitar a decisão da comunidade, que deliberou em inúmeros fóruns, que não aceita a privatização de nossos HUs. Tamanho é o convencimento da comunidade de que a Ebserh trará incontáveis prejuízos aos estudantes, professores, funcionários e usuários do SUS que até mesmo o Colegiado Pleno, pressionado pelas bases, rejeitou a adesão a esta empresa por 36 votos a 4, em outubro de 2012.

O reitor, agindo em defesa dos interesses de uma ultraminoria, não conseguiu convencer a comunidade. Apelou para chantagens e promessas. Ainda assim não conseguiu dobrar a decisão coletiva. Recorreu então à repressão, chamou seguranças armados e sem identificação, até mesmo as polícias militar e federal estiveram presentes na reitoria para reprimir a manifestação dos estudantes.

É necessário avançar na defesa do governo tripartite, baseado na assembleia geral universitária, com voto universal e mandatos revogáveis e no combate à mercantilização e desnacionalização da saúde e educação com as bandeiras de estatização sem indenização da rede privada de ensino e saúde e criação de um único sistema público e gratuito, no caso da saúde com controle operário, e da educação, sob controle dos que estudam e trabalham.

UFCG/PB: Paralisação do dia 10 de abril tem aula pública sobre Autonomia Universitária

Como parte do dia nacional de paralisação, a ADUFCG organizou uma aula pública sobre autonomia e democracia universitárias. Um militante do POR de SP fez uma apresentação estabelecendo o vínculo entre a democracia na Universidade e a luta pelo ensino público e gratuito. A bandeira da autonomia somente expressará a real democracia caso seja um instrumento para se desenvolver o programa proletário para a educação, como parte do movimento revolucionário pela destruição do capitalismo.

A essência da autonomia é o controle da universidade por quem estuda e trabalha, é a autonomia perante a intervenção do Estado, do empresariado e das igrejas na educação. A autonomia administrativa e financeira de acordo com a Constituição acoberta o controle político do Estado. O POR relatou a recente experiência estudantil na USP em que foi aprovada na assembleia a luta pelo controle da universidade por estudantes, professores e funcionários por meio da constituição de um governo tripartite e da instalação da assembleia universitária. A experiência de reitorias constituídas por eleições aparentemente democráticas já comprovou que se trata de uma via para manter a intervenção do Estado.

Ante a crítica de que a posição era “vanguardista”, descolada da realidade e que não há correlação de força favorável, o expositor mostrou que objetivamente a universidade está se decompondo com o rápido avanço do sistema privado sobre o público, a desnacionalização, do ensino a distância e a impossibilidade da política burguesa apresentar uma solução progressiva às bandeiras da real autonomia e do sistema único, público e gratuito.

O problema fundamental está em como trabalhar as bandeiras corretas. Não se deve rejeitar as soluções reais em nome do atraso da consciência dos estudantes e da desorganização do movimento universitário. Todo obstáculo lançado contra as soluções que nascem da situação concreta expressa a luta política em defesa da farsa democrática e da preservação do ensino privado.

UFBA/BA: Oposição à diretoria da APUB assume atividades do dia 10 de abril e enfrenta o boicote da burocracia

A paralisação nacional de 10 de abril foi aprovada como parte da agenda de lutas das Federais. Na UFBA, a APUB é vinculada ao Proifes, que se nega a mobilizar a categoria. A organização do dia 10 foi assumida pela Oposição. O foco das atividades foi o avanço da repressão em função das prisões de 18 jovens em Salvador em um ato contra a copa e em defesa da educação, saúde, moradia e transporte públicos realizado no dia 29/03; além da militarização da vida social; a tentativa de implantar UPP nas universidades públicas, como na UNEB-Salvador, dentre outros casos de repressão.

Na reunião da oposição de 1º de Abril, decidiu-se: 1) criar comissão de instalação do Comitê Estadual contra a Repressão; 2) realizar de um debate com os pré-candidatos à reitoria. O tema do debate foi *Manifestação e repressão: O que a UFBA tem a ver com isso?* Foi entregue aos reitoráveis a pauta local, construída no movimento partidista de 2012. Também foi distribuído o Boletim dos Professores da UFBA – Oposição sindical à APUB, contemplando temas relacionados ao movimento como o acordo do Proifes com o governo, que causa perdas salariais e desestruturação da carreira docente; o boicote da direção às atividades do movimento; e a falta de mobilização da categoria para enfrentar os ataques dos

governos.

A CPE/POR faz parte da Oposição e tem atuado no sentido de defender as reivindicações vitais da categoria por meio da defesa de um programa revolucionário para a educação, do método da ação direta e da mobilização para enfrentar as medidas de desagregação do ensino público aplicadas pelo Governo Federal (Dilma/PT) e estaduais. Com relação às eleições para reitor na UFBA, a CPE tem defendido a consigna do governo tripartite de professores, estudantes e funcionários, eleitos pelo voto universal, subordinados à Assembleia Geral universitária e com mandatos revogáveis. Diante da criminalização, repressão, prisões e processos, a CPE propôs a criação do Comitê Estadual contra a Repressão.

O Comitê tem a função de organizar coletivamente a defesa política e jurídica dos presos e processados, ligando-a às lutas nas ruas, apostando na força e organização coletiva dos trabalhadores, da juventude e demais explorados, sem ilusões nas instituições e partidos da classe dominante. O Comitê conta com a participação do POR, PCB, Psol, Coletivo Contra Corrente, CPE, UJC, Líder da Comunidade do Beiru e entidades como LeMarx e ABEM. O cerco repressivo se potencia com a proximidade da Copa. A tarefa consiste em ampliar a divulgação e fortalecer o Comitê contra a Repressão.

UEL/PR: Pela real democracia, defender o governo tripartite

O TJ do Paraná, através de medida cautelar de 4 de abril, restabeleceu o voto paritário na eleição para reitor da UEL. O Conselho Universitário havia aprovado o fim da paridade em 2011 e substituído pela proporção de 70% para docentes, 20% para funcionários e 10% para estudantes. O sindicato dos funcionários conseguiu na primeira instância o cancelamento daquela decisão, mas a universidade recorreu e manteve o 70/20/10 para as eleições do dia 9 de abril. A eleição está comprometida e o Conselho Universitário foi convocado a se reunir no dia 8 de abril para decidir sobre a decisão da justiça.

O Conselho está em maus lençóis. O questionamento do sindicato havia sido por uma questão formal – o quórum que deliberou foi menor do que precisava –, mas, o Conselho ao invés de refazer a decisão com quórum completo, com receio de perder, preferiu recorrer à justiça contra a decisão judicial conseguida pelo sindicato dos funcionários. Agora, está bebendo o próprio veneno e preso na armadilha jurídica.

Os candidatos fizeram campanha direcionada a agradar os docentes que detinham o peso de 70% se esquivando de defender a paridade e concordando com a maioria mais do que absoluta para os docentes. Agora, vão ter que rebolar para agradar os funcionários que é o segmento que mais maciçamente vota.

O QUE ESTÁ EM DISPUTA? Nem a maioria docente do Conselho Universitário, nem o sindicato de funcionários divergem no essencial, que é a manutenção do poder da burocracia universitária subserviente ao governo. Divergem na forma de constituir essa burocracia, pois o voto paritário – em si antidemocrático – obriga os candidatos (docentes) a negociar o apoio dos grupos de funcionários em troca de cargos e funções gratificadas. Esta circunstância por sua vez, irritou os candidatos (docentes) que jogaram a culpa de

derrotas anteriores nas barganhas com funcionários.

O Movimento Estudantil por seu turno está desarmado. A diretoria do DCE está praticamente dissolvida pela defecção do PSTU e PSOL. Predomina a condução reformista do Levante que na última assembleia não se diferenciou do PT. Defendeu que os estudantes votassem no candidato menos pior – do PT, evidentemente. Foram derrotados pela proposta do voto nulo, mas foi uma decisão vacilante pois não definiu o conteúdo do voto nulo. A Corrente Proletária defendeu o voto nulo pelo governo tripartite, mas a manobra do DCE impediu que se encaminhasse a decisão.

COMO RESPONDER? Em primeiro lugar há que denunciar o Conselho Universitário por ter substituído a paridade por uma forma de voto mais antidemocrática e por ter abdicado da autonomia universitária ao procurar o judiciário para resolver algo de competência exclusiva da própria universidade. Não pode ser ele agora quem julgue num conflito do qual é parte.

Segundo, quem deve responder e enfrentar esta crise só pode ser uma Assembleia Geral Universitária da qual participe toda a comunidade, convocada pelas entidades representativas (sindicatos e DCE) e com voto universal. Há que lembrar que foi uma Assembleia Geral Universitária que na década de 1980 estabeleceu a paridade, posteriormente acatada pelo Conselho Universitário e o governo do Estado.

Defendemos que em vez de escolher reitor, se estabeleça o governo tripartite, eleito pelo voto universal de toda a comunidade universitária, com revogabilidade dos mandatos e subordinado à Assembleia Geral Universitária. Esta é a única saída efetivamente democrática. As outras propostas são variações do reforçamento da mesma burocracia universitária que já teceu seus tentáculos em volta da instituição e serve ao governo e aos capitalistas.

RN: Balanço da assembleia da Aduern de 16 de abril

A direção da Aduern (PT e “independentes”) convocou a categoria para duas assembleias. A primeira para discutir o Congresso da categoria e a segunda com vários pontos tendo a campanha salarial como principal. Em virtude da discussão na primeira assembleia sobre o Congresso acrescentou-se a discussão sobre o Plano de Saúde da categoria.

Na primeira assembleia, a Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) defendeu que o Congresso deveria servir para armar politicamente a categoria. Propôs a discussão no congresso sobre financiamento da UERN pelo Estado, sua relação com o governo, estrutura da universidade, além da discussão já colocada pela direção sobre a docência na UERN. O tema do Congresso será “Os desafios do movimento docente no âmbito da UERN”.

Na campanha salarial foi socializado o estudo preliminar de nossas perdas, 57%. No entanto, foi baseado no período de 2012 a 2014 e em uma referência de salário da educação básica que desconsidera o seu direito de aumento de 17%. Pelo critério adotado, se o maior salário da educação básica é de aproximadamente R\$3.800, com o aumento de 17%, o salário do docente da UERN, conforme o seu PCCS atual, como salário base, ou seja, o salário inicial da categoria para 40h, deveria ser de R\$4.446. O Grupo de Estudo considerou apenas a diferença do salário base atual do docente da UERN e a percentagem que faltava para completar o salário de R\$3.800, ou seja, sem o aumento de

17% que a categoria da educação básica tem direito conforme a Lei burguesa do Piso Nacional.

A direção da Aduern trabalha com um índice menor porque faz um sindicalismo conformista, adaptado ao que considera possível de ser alcançado nos marcos do capitalismo. Não considera as necessidades dos docentes, mas o que a burguesia afirma poder cumprir de acordo com as condições financeiras do Estado. Eis a lógica dos que administram o Estado burguês.

Foi montada uma comissão de base que vai integrar a direção da Entidade para consolidar o estudo sobre o índice salarial e a pauta de reivindicação a ser debatida e aprovada pela categoria em uma próxima assembleia.

No ponto sobre a próxima assembleia, a CPE defendeu a convocação imediata da categoria para a apresentação o mais rápido possível da nossa pauta ao governo. Dessa forma, nos opomos aos colegas que querem deflagrar o movimento somente depois do cumprimento do acordo do governo em maio. A direção demorou na convocação da categoria.

Um conjunto de trabalhadores estão prometendo mobilizações e luta durante o período da Copa. Nossa categoria tem grandes chances de buscar a unidade na luta para pressionar o governo e conseguir sua pauta de reivindicação. Para isso devemos apostar em um movimento grevista que se baseie na unidade com os demais trabalhadores na ação direta coletiva.

UNIR/RO: A autonomia convertida em jogo de interesses entre burocratas da universidade

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) tem sido cenário de muitas lutas da comunidade. Houve ocupações da Reitoria contra taxas cobradas por expedição de documentos e matrículas; contra o REUNI e, depois, contra os efeitos na precarização do ensino e a corrupção. A greve e a ocupação da reitoria em 2011 levaram à renúncia do reitor.

Em benefício próprio, a burocracia tenta desmembrar a Universidade. A CPE não se coloca contra a criação de uma “nova” Universidade Pública como reivindicação das massas pela universalização do ensino em todos os níveis, porém esfacelar a Universidade multicampi só enfraquece a luta e não responde à necessidade de acesso da juventude à educação.

Desde 2007 que os estudantes, professores e funcionários tem se manifestado contra a imposição do REUNI. O Campus de Rolim de Moura destaca-se pela combatividade, responsável por outros momentos de ocupação da reitoria com presença e apoio dos professores.

As lutas em defesa da UNIR, porém, sequer conquistaram restaurantes e residências universitárias. O curso de Medicina já formou duas turmas e ainda não tem Hospital Universitário. Este, mal foi construído e já está na

mira da Ebserh, empresa que é parte da política privatista do governo Dilma/PT.

ESTATUINTE - Em nome da pretensa autonomia universitária parte da vanguarda da greve, dentre eles os professores maoístas, conquistaram adesão do DCE para defender a estatuinte. A atual estrutura de poder, antidemocrática, corresponde à universidade de classe, que serve aos interesses da burguesia. A conquista da real autonomia da universidade em relação aos governos e poder econômico só podem se realizar por meio da soberania da Assembleia Geral Universitária, e de um governo tripartite. A assembleia, ao mesmo tempo, permite a unidade na luta de todos os que estudam e trabalham e garante pela mobilização a soberania de suas decisões no futuro.

As bandeiras de democratização por meio da estatuinte e paridade nos conselhos são apenas remendos na estrutura burocrática. Conclamamos a comunidade a pôr de pé as assembleias gerais unificadas como organismo deliberativo de poder e impor o atendimento as suas reivindicações frente às imposições da burocracia universitária subserviente ao MEC e ao imperialismo.

PUC/SP: Barrada a repressão contra Bia Abramides

A vice-presidente da Apropuc/SP, Bia Abramides, enfrentou a tentativa da reitora Ana Cintra e da Fundação São Paulo (Igreja) de puni-la sob a acusação de incentivar os estudantes a bloquearem a realização do Conselho Universitário (Consun) por ocasião das manifestações contrárias à violação das eleições para reitor no início de 2013. Com o processo administrativo, a reitoria queria criar condições para uma posterior demissão.

Ana Cintra perdeu as eleições, mas foi preferida pela Igreja segundo a lista triplíce, o que motivou a contestação de estudantes e professores. A Apropuc não apoiou nenhum candidato, mas exigiu que a vontade da maioria fosse respeitada. A suja manobra da reitora e da Igreja de considerar a ação coletiva como individual foi desmascarada por uma ampla denúncia de sindicatos, associações, centros acadêmicos, professores, estudantes e correntes políticas. Finalmente, o processo foi barrado.

A ficção sobre a democracia da PUC/SP há muito vem sendo desfeita. Começou com demissões em massa e passou pela convocação da Tropa de Choque para desalojar os estudantes que ocuparam a reitoria. Um novo passo seria a demissão da vice-presidente da Apropuc. A crise da instituição ganhou novas proporções com a queda no número de cursos e alunos. Os salários dos professores antigos foram contidos e os dos novos, precarizados. Ana Cintra foi escolhida pela Fundação justamente para impor medidas contrárias às condições de trabalho e ensino.

O fato dos docentes terem aceitado a via dos cortes e não respondido aos esforços da Apropuc de mobilizar facilitou a ofensiva reacionária da Fundação e da burocracia universitária. É preciso recuperar a bandeira da estatização da PUC, levantada anos atrás logo que os primeiros sintomas da crise se manifestaram. Também é necessário desfazer a farsa ideológica da democracia. Trata-se de desenvolver a bandeira de estatização geral do sistema privado, sem indenização, constituição de um sistema único de ensino estatal, gratuito e científico, sob o controle de quem estuda e trabalha.

Aristocracia docente controla a USP. Fora os vendilhões do ensino público!

O Tribunal de Contas do Estado de SP revelou que pelo menos 167 professores ganham R\$ 18.735,00. Os super-salários são justificados com o argumento de que se trata de professores acumulam conhecimentos adquiridos ao longo do tempo. Quer dizer que poderiam vender sua propriedade intelectual a preço mais elevado à iniciativa privada. Assim funciona o capitalismo. Apenas uma ultraminoria alcança a posição de aristocracia docente.

Observa-se que não apenas se constituem em uma casta bem paga como também a casta que comanda a USP. É ela que decide sobre seus próprios ganhos. Só não ganham mais que R\$ 18.735,00 para não ultrapassar o soldo do governador Geral Alckmin. A camarilha dos altos salários está vinculada às Fundações privatizantes e serve de correia de transmissão da política governamental no seio do ensino público. É preciso assinalar que a farsa da autonomia administrativa e financeira dá às camarilhas das universidades públicas um poder burocrático e um meio de promover a corrupção.

Segundo o TCE, o ex-reitor João Grandino Rodas e o atual Marco Antônio Zago fazem parte da camarilha. Os estudantes, funcionários e docentes não comprometidos politicamente com a horda dos super-salários devem fazer uma ampla denúncia e defender a expulsão dessa camarilha da direção da USP.

A bandeira que varre os interesseiros é: implantação da real Autonomia Universitária, com eleição de um governo tripartite pelo voto universal e edificação da assembleia universitária.